

As lutas políticas e de gênero na Revolução Russa

Sofia Manzano

Como citar: MANZANO, S. As lutas políticas e de gênero na Revolução Russa. *In*: DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 33-52.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p33-52>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AS LUTAS POLÍTICAS E DE GÊNERO NA REVOLUÇÃO RUSSA¹

Sofia Manzano

INTRODUÇÃO

Quando ainda discutimos as questões políticas que se efetivaram na Revolução Russa, refletimos sobre o papel da luta de gênero no contexto desse fenômeno histórico. Portanto, eventos marcantes para a humanidade devem ser lembrados não apenas como fato histórico, mas principalmente por seus significados mais profundos e conseqüências para o futuro. A Revolução Russa foi um desses momentos que deve ser avaliado cuidadosamente por todos que lutam para superar a forma atual de dominação capitalista pela qual a maior parte dos seres humanos está submetida. Tanto a Revolução Russa em si, como momento, quanto todo o processo de tentativa e fracasso na construção do socialismo na União Soviética – e em outras partes do mundo –, possibilitam infindáveis chaves de análise para estudiosos, acadêmicos, artistas e, principalmente, militantes políticos que permanecem na luta revolucionária.

¹ Esse artigo contém reflexões que foram utilizadas por mim em dois outros textos sobre temática semelhante.
<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p33-52>

Trataremos, nesse artigo do recorte da questão de gênero e sua relação política naquela revolução. O principal objetivo aqui, não é descrever a participação das mulheres no processo revolucionário, nem tampouco o pioneirismo do legado da URSS para a emancipação feminina. O elemento principal é apontar novas perspectivas que são importantes para entendermos a Revolução, a contribuição das mulheres naquele processo e dos avanços alcançados para contribuir com a elucidação da atual condição da mulher na luta de classe na nova forma capitalista desse século XXI.

Tendo em vista esse sentido, as transformações na vida das mulheres que ocorreram na Rússia por causa da revolução são importantes para se perceber o quanto um processo revolucionário, mesmo que não tenha sido vitorioso em todos os sentidos, é vital para toda a humanidade.

A emancipação de gênero era considerada fundamental pelos revolucionários russos para a efetivação da revolução, assim medidas foram tomadas de maneira a superar sua condição de subordinação desumana a que estavam submetidas as mulheres e torná-las sujeitos plenos e em condição de igualdade com os homens.

Sugerir essas medidas, para os dias atuais, pode parecer de menor importância, quando se toma a forma ideal com que as mulheres se consideram, no capitalismo decadente. Contudo, a radicalidade com que os revolucionários consideraram necessárias as mudanças em seu estatuto não guardam semelhança com nenhum processo emancipatório da condição feminina em parte alguma da história recente.

Para se compreender essa radicalidade e a profundidade com que as medidas tomadas impactaram a relação de gênero na Rússia revolucionária, devem-se considerar as condições prévias a que estavam submetidas aquelas mulheres. As relações sociais de produção naquele país eram as mais atrasadas, se comparadas com os países mais adiantados no processo de produção capitalista. O processo histórico concreto com que se estabeleceram as relações tipicamente burguesas não havia se concretizado quando as condições objetivas para a revolução se apresentaram e não foram desperdiçadas pelos revolucionários liderados por Lenin. Ele próprio tinha

pleno conhecimento desse atraso e precisou formular, a partir do método marxista de análise da realidade concreta, todo um arcabouço teórico próprio para lograr êxito no projeto transformador.

No escopo desse texto, não vamos debater se as “condições objetivas” eram ou não suficientes para o sucesso da construção do socialismo, esse balanço ainda carece de análise profunda e desapassionada. O que se pretende, pois, é apresentar como a revolução contribuiu para a emancipação da mulher e como essa emancipação não precisa ser postergada para um futuro ideal em que a sociedade de classes desapareça. As medidas tomadas já no primeiro ano da revolução resultaram em conquistas históricas que afetaram todas as mulheres do mundo.

Em linhas gerais, o objetivo desse artigo é apresentar um conjunto de contribuições políticas desencadeadas pela Revolução Russa de 1917 para a emancipação feminina. Para isso, faz-se necessário caracterizar as condições sob as quais elas estavam sujeitas imediatamente antes da revolução, de modo a apresentar a profundidade que esses avanços representaram. Além disso, é importante ressaltar as diferentes posições sobre o assunto que tomaram grupos políticos a fim de aferir sua aderência com a realidade da época e as possibilidades de alcançarem vitórias.

Quando travamos as lutas no começo do século XXI a luta pela emancipação da mulher ainda é uma das mais importantes. Com o crescente cinismo da ordem liberal presente, debates que pareciam superados, como o direito ao aborto, divórcio e igualdade de gênero, tornam-se absolutamente atuais, diante dos retrocessos que essa ordem decadente impõe à sociedade. Direitos que pareciam garantias humanas indestrutíveis estão se esvaindo frente a um novo ciclo da direita com arraigado conservadorismo que atinge fundamentalmente a mulher.

Como armar a luta da emancipação feminina frente a essa realidade avassaladora? Essa luta está descolada da luta de classes? A institucionalidade burguesa é suficiente para garantir os direitos a uma existência plena nas relações de gênero? Quais são as lições que se podem tirar das batalhas travadas no bojo da Revolução Russa nesse campo?

Trata-se de um amplo programa de pesquisa, bem como de uma imensa luta política, sobre os quais pretendemos sinalizar algumas posições.

O COTIDIANO DA MULHER NA RÚSSIA PRÉ-REVOLUÇÃO

No processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a situação particular da Rússia apresentava-se muito distante da realidade dos países do Oeste Europeu. Enquanto o Antigo Regime fora suplantado pelas revoluções burguesas e a aristocracia absolutista derrotada cedera lugar ao domínio político da nova classe dominante, na Rússia ainda vigia uma superestrutura tipicamente absolutista, acrescido do mito do destino expansionista da Grande Rússia. O domínio oligárquico, ainda que anacrônico frente à realidade do capitalismo que já se encaminhava para sua fase monopolista, não destoava de todo das relações sociais de produção que se apresentavam no interior do país. Mesmo imerso, no âmbito das relações internacionais, às relações de troca capitalistas, no interior do processo de produção russo a burguesia, ainda que desenvolvendo suas atividades produtivas, não alcançava poder político e não imprimia na sociedade suas relações institucionais.

O país de Vera Zaslitch conviveu, oficial e legalmente, com a servidão até sua extinção em 1861. A configuração social estava marcada pela estrutura de classes de tipo feudal, no entanto, com a afetação típica da modernidade burguesa européia. A classe dominante, tanto no que diz respeito ao poder político quanto à maior parte da produção, era a oligarquia latifundiária cuja riqueza provinha da renda da terra e dos soldos aferidos nos cargos da estrutura do Estado. Numa sociedade ainda pré-capitalista, não há a separação formal entre o público e o privado, portanto, os recursos do Estado, assim como seus cargos e funções, são destinados aos diferentes estratos da classe dominante oligárquica (BOITO, 2017, p. 11). Ocupar um cargo, nem de longe significava efetivamente trabalhar, apesar de haver aquele enorme contingente de funcionários que cumpriam algum tipo de trabalho. Os mais altos postos eram prebendas com intuito de garantir a sobrevivência dessa classe ociosa. E diante de toda essa ociosidade, o que fazer?

A Rússia foi profícua em *intelectuais*, certamente legou uma exuberante literatura rica em ilustrar a futilidade e o anacronismo da classe dominante. Quando as atividades concretas não fazem parte das necessidades humanas, a imaginação dá ao indivíduo a impressão de ser um portador de grandes ideias.

Um desses grandes escritores descreve assim o personagem Stiepan Trofínovitch:

[...] era um homem inteligentíssimo e talentosíssimo, um homem, por assim dizer, de ciência, embora, convenhamos, em ciência... bem, numa palavra, em ciência ele não fez lá muita coisa e, parece, não fez nada vezes nada. Acontece, porém, que aqui na Rússia isso ocorre a torto e a direito com os homens de ciência. (DOSTOIÉVSKI, 2004, p. 16-17).

Tendo rendas garantidas, renda da terra e das sinecuras do Estado, a ocupação dessa classe desocupada era afetar os modos e trejeitos copiados da Europa ocidental, esta sim, no turbilhão da Revolução Industrial. Os nobres senhores da Rússia, por falta de atividades concretas, dedicavam-se, muito, às ideias.

As abastadas e nobres senhoras e suas filhas passaram o século à procura de um bom casamento. Com a profusão de “criados” a servir-lhes a vontade, transcorrem a vida, do nascer ao desespero da morte, na mais frívola futilidade. Sua educação, à francesa, é diferenciada da dos homens. Nas grandes cidades, depois do período de estudos realizado no interior do lar, as donzelas podem, quando muito avançadas, ingressar em escolas próprias para moças. Mas essa educação formal não é um imperativo para que se destaquem socialmente. O importante, além, é claro, do tamanho do dote, é a qualidade dos “requintes” fúteis que ornamentavam, com sua presença, os salões. A delicadeza dos gestos, o requinte dos modos, a elegância e o refinamento são atributos imprescindíveis, até mais importantes que a beleza física. Contudo, acima de tudo, está a pureza virginal e a castidade. A inteligência feminina é medida pela capacidade da mulher de se encaixar nesse papel de bibelô, *comme il faut*.

Nessa classe social, os casamentos são sempre arranjados de acordo com as conveniências da manutenção do *status* e da riqueza, principalmente da propriedade da terra, de onde vem a maior parte das rendas da nobreza. Mesmo àquelas mulheres dessa classe, porém, menos afortunadas, ser protegida por uma grande família pode garantir um casamento adequado e, com ele, a certeza de uma vida tranqüila.

Existiam, também, mulheres livres (não camponesas e nem servas), mas que não encontravam uma alternativa de inserção na produção urbana. Essas serão professoras particulares, preceptoras, cujo trabalho se fazia nas casas das famílias nobres e consistia muito mais em acompanhar e cuidar das crianças durante seu crescimento do que transmitir alguma instrução formal. Para essa educação formal, eram contratados professores homens, também oriundos dessa mesma classe social, com formação universitária, mas desprovidos de posses, para que se sujeitassem a esse cargo. Antes da expansão industrial, essas mulheres viviam quase sempre no limite do desespero para garantir a sobrevivência. Se não possuíssem a mínima instrução para servirem de preceptoras ou governantas, restavam-lhes ocupações precárias no comércio a retalho como vendedoras.

Nessa sociedade extremamente preconceituosa com relação à virtude da mulher, a exposição pública de uma moça em uma atividade laboral a colocava no limiar do desespero: a qualquer momento, pelas dificuldades da vida e as imposições moralistas, o abismo se abria e restavam-lhes duas opções: a prostituição ou o suicídio. Sônia, que se prostituía para dar de comer aos irmãozinhos famintos, foi redimida por Rascolnikof, em seu castigo siberiano, após ter cometido horrendo crime – por sinal, cabe lembrar que Raskolnikof mata duas mulheres: a velha avarenta, macabra e agiota Aliena Ivanova e sua irmã Lizavieta, figura abobalhada que passa o dia vendendo flores nas ruas e é molestada por todos (DOSTOIÉVSKI, 2001).

A questão do suicídio despertou o interesse de muitos intelectuais da época, inclusive de Marx. Esse autor entrou em contato com o relato de um estudo sobre o tema, desenvolvido pelo chefe da polícia de Paris durante as primeiras décadas do século XIX. Jacques Peuchet se dedica a analisar, com uma visão crítica e humanista, os casos de suicídio que são registrados sob sua chefatura. Os desafortunados, filhos e filhas das condições

desencadeadas pela revolução burguesa, proletários impedidos de obter o sustento de suas famílias, doentes e desamparados, mas, principalmente as mulheres, compõem o quadro de estudo desse conservador monarquista que, no entanto, desperta para as contradições pungentes da sociedade burguesa.

Podemos identificar que na França do início do século XIX, o modo de produção capitalista já se encontrava em marcha muito mais acelerada, se comparada à Rússia do final do século, mesmo assim, as mulheres, de todas as classes sociais, sofriam os preconceitos e, no caso das proletárias, a miséria que as levavam ao desespero e à morte. Os relatos de Peuchet atestam horrores como a jovem pequeno-burguesa, filha de um alfaiate, que se joga no Sena em decorrência da fustigação raivosa e recriminadora de seus próprios pais simplesmente porque passara a noite com o noivo na véspera do seu casamento. Uma rica e jovem burguesa se suicida por causa do ciúme violento do marido. Essa

[...] infeliz mulher fora condenada à mais insuportável escravidão, e o sr. Von M... [o esposo] podia praticá-la apenas por estar amparado pelo Código Civil e pelo direito de propriedade, protegido por uma situação social que torna o amor independente dos livres sentimentos dos amantes e autoriza o marido ciumento a andar por aí com sua mulher acorrentada como o avarento com seu cofre, pois ela representa apenas uma parte do seu inventário. (MARX, 2006, p. 37).

A grande heroína de Tolstói, Ana Karenina, depois de ter enfrentado os mais brutais obstáculos para viver seu grande amor, sucumbe sob as rodas de um trem ao perceber a frieza de seu amado diante de seus anos a mais e da abundante frivolidade de jovens púberes. Essas personagens, assim como dezenas de outras da literatura russa, permitem vislumbrar a condição precária em que vivia a mulher livre e sem posses da Rússia czarista. A Revolução Russa tinha o dever de enfrentar também essas contradições que, apenas em última instância, têm origem na exploração econômica. A submissão da mulher como propriedade do marido (ou do pai, antes do casamento), apesar da raiz fundada na garantia da herança e da propriedade dos meios de produção, desencadeia uma relação ética que vai além do aspecto econômico. O desespero de uma jovem seduzida que

engravidada, ou de uma mulher (de qualquer classe social) vítima do ciúme irracional do marido, são situações que transcendem a simples exploração, apesar de estar também relacionada com ela.

Como afirma Löwy (2006, p. 17-18), para Marx

A crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que ela seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais.

No quadro da expansão da indústria, principalmente na indústria têxtil, essas mulheres, jovens e até crianças, serão ocupadas nas fábricas. Na pequena burguesia, o papel da mulher é trabalhar, ao lado do marido, nos pequenos comércios, no dia a dia da casa, de forma mais ou menos prática e atuante. À medida que prosperam, tendem a assumir o papel de suas congêneres da nobreza, ou seja, quanto mais rica se torna a burguesia, menos importância tem a mulher burguesa para o trabalho social, ficando relegada ao ambiente do lar. A subordinação da mulher ao homem passa a ser explicado como um dado da natureza.

Quando a classe dominante repousa seu poder e riqueza nessa estrutura feudal, a maior parte da população russa é composta pelos servos e camponeses. As propriedades nobres eram medidas pela quantidade de “almas” que possuíam. A literatura descreve assim um homem rico: “[...] aos quarenta anos o coronel recebeu como herança a aldeia de Stepántchikivo, o que aumentou sua fortuna para seiscentas almas, pediu baixa e instalou-se no campo.” (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 10).

A economia russa antes da reforma que acabou com a servidão, em 1861, era baseada na produção agrícola de cereais,

Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma dessas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo. (LENIN, 1982, p. 13).

Ainda em 1920, mais de 80% da população vivia no campo e sua maioria era composta por jovens. Se as mulheres da classe dominante estavam fadadas a se comportarem como um artigo de luxo, para consumo de seus esposos e pretendentes, a mulher camponesa não estava livre do trabalho produtivo. A organização da vida camponesa, mesmo depois da Revolução de 1917, mantinha-se praticamente inalterada conforme costumes milenares.

As antigas instituições do lar (*dvor*) e da comuna (*mir* ou *obshchina*) ainda governavam a produção agrícola e a vida nas aldeias nos anos 1920. [...] De acordo com as tradições, a comuna, e não o camponês individual, possuía a terra e a distribuía periodicamente aos seus membros, de acordo com o tamanho da sua casa. (GOLDMAN, 2014, p. 188-189).

A distribuição da terra se dava de acordo com o número de membros da família, o *dvor*, que era muito mais amplo do que a típica família predominante nas sociedades burguesas. O *dvor* era composto por membros com laços familiares, mas albergava também homens sem laços de parentesco que se agregavam a uma família pelo trabalho. O que definia o pertencimento ao *dvor* era acima de tudo o trabalho na terra, comum a todos.

Todas as casas [*dvor*], independentemente de seu tamanho, eram baseadas em princípios comuns. A família possuía terra, gado, implementos, construções e outras propriedades em comum. À parte o dote da mulher, pequenos itens pessoais (relógios, instrumentos musicais, roupas, etc.) e algumas quantias em dinheiro, todas as colheitas e rendas pertenciam à propriedade comum. A casa consumia coletivamente o que produzia; propriedade e lucros não eram divididos em 'partes definíveis'. (GOLDMAN, 2014, p. 190).

Marx e Engels (2007, p. 181), ao discorrerem sobre a família afirmam:

Não se pode falar de 'a' família. Historicamente, a burguesia dá à família o caráter da família burguesa, que tem o tédio e o dinheiro como elementos unificadores e que já traz em si a dissolução burguesa

da família, dissolução que não impede a própria família de continuar a existir. À sua imunda existência corresponde, na fraseologia oficial e na hipocrisia geral, o seu conceito sagrado. Onde a família é *realmente* dissolvida, como no proletariado, dá-se justamente o contrário [...]. Aí não existe absolutamente o conceito de família, sendo possível, porém, nele encontrar ocasionalmente uma inclinação para a vida familiar que se baseia em relações extremamente reais.

Para esses autores, no proletariado as relações reais determinam a família, e, no caso do *dvor* russo-camponês, essa conceituação fica ainda mais evidente. Ali não há a típica família como ficou conhecido o modelo familiar burguês. O que há é um conjunto de pessoas, com laços consangüíneos em sua maioria, cuja relação social está determinada pela relação de produção comunitária.

Nas localidades mais avançadas do desenvolvimento capitalista, afirmam os autores:

No século XVIII o conceito de família foi dissolvido pelos filósofos porque a família realmente existente estava já em vias de dissolução nos estágios mais elevados da civilização. Dissolveu-se o vínculo interno da família, as partes que formam o conceito de família, por exemplo: a obediência, a piedade, a fidelidade conjugal, etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude de exclusão em relação as outras famílias, a coabitação forçada – relações determinadas pela existência dos filhos, da estrutura das cidades modernas, pela formação do capital etc. – continuaram a existir, embora com muitas alterações, porque a existência da família é tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, o qual é independente da vontade da sociedade burguesa. (MARX; ENGELS, 2007, p. 181).

E prosseguem,

O quanto [a família] é indispensável foi demonstrado de forma decisiva na Revolução Francesa, quando, por um momento, a família foi nada menos que suprimida no plano legal. A família continuou a existir mesmo no século XIX, tendo apenas o processo de sua dissolução se tornado mais geral, não devido ao conceito, mas a um maior desenvolvimento da indústria e da concorrência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 181-182).

Na Rússia Czarista, com a quase totalidade da população vivendo nas aldeias camponesas, mesmo depois do fim da servidão, as relações comunais e a propriedade coletiva mantiveram-se firmes. Apesar de ocuparem um local no processo de produção da vida social, a mulher camponesa encontrava-se em posição incomparavelmente inferior aos homens. Somente se fosse viúva do chefe da casa, e mulher tinha algum papel de destaque, mesmo assim, com muitas restrições. A maioria delas estavam submetidas às regras patriarcais da casa, como filhas ou como esposas. Tudo o que possuíam eram míseros objetos pessoais.

O Código Civil na Rússia, antes da Revolução, não permitia sequer a livre mobilidade da mulher. O Estatuto do Passaporte (necessário para qualquer deslocamento para além da aldeia) só permitia à mulher casada obter um Passaporte com o expresso consentimento do marido. Mesmo em 1914, quando do debate sobre a possibilidade de uma mulher ter o direito de residência permanente de forma individual,

Markov II declarou com toda franqueza que o direito das esposas a um passaporte próprio priva os camponeses da força de trabalho e leva a propriedade à ruína. Ele vê na esposa não um indivíduo, não uma pessoa, mas algum tipo de animal doméstico útil. (POKRÓVSKAIA, 1914 apud SCHNEIDER, 2017, p. 62).

É importante registrar a força produtiva dessa mulher. Trabalhava a lavoura, cuidava do gado, produzia artefatos e dava conta das tarefas domésticas. Ao contrário de suas congêneres da classe dominante, a participação no processo de produção da vida familiar faz dessa mulher um ser humano com maior dignidade. Se poderia apanhar do marido – até o final do século XIX o castigo corporal era legal e comumente aceito na Rússia – também tinha o direito de castigá-lo. A infidelidade conjugal, apesar de ser recriminada, não era uma calamidade – como entre as mulheres da classe dominante. A virgindade não era um requisito fundamental para o casamento.

A PECULIARIDADE DA MULHER CAMPONESA E O TRABALHO DOMÉSTICO

A divisão do trabalho no *dvor* pode ser visto como um bom exemplo histórico da transformação do trabalho doméstico e a participação da mulher no processo de produção e reprodução da vida. Quando a maior parte da população vivia no campo e do trabalho na terra, utilizando instrumentos de trabalho rudimentares e submetidos às mais duras exigências naturais para garantirem a produção da safra e do rebanho, o trabalho produtivo do maior número de pessoas era imprescindível. Como não estamos tratando, ainda, de um modo de produção tipicamente capitalista, antes disso, devemos ressaltar que essa forma de produção era típica das sociedades pré-capitalistas (feudal, principalmente²), o conceito de trabalho produtivo utilizado aqui é daquele trabalho que contribui para *produzir e reproduzir* a vida. Assim, numa família camponesa, ou no *dvor* russo, praticamente todos os componentes trabalham e exercem alguma atividade. Com exceção dos doentes, deficientes, idosos e crianças muito pequenas, de alguma forma, todo mundo trabalha. A mulher ainda mais.

Numa sociedade de classe rigidamente hierarquizada, a realidade da mulher na comuna camponesa russa czarista não pode ser idealizada. A estrutura patriarcal era fortemente exercida no interior do *dvor*. No entanto, o trabalho feminino era produtivo e, apesar de sua condição inferior, sua reprodução enquanto ser social era garantido e, acima de tudo, o resultado do trabalho da mulher era essencial para a família como um todo.

Ângela Davis (2016, p. 228-229), ao debater as transformações do trabalho doméstico nos Estados Unidos, ressalta

Na economia agrária pré-capitalista da América do Norte, uma mulher realizando seus afazeres domésticos era, portanto, fiandeira, tecelã, costureira e também padeira, produtora de manteiga, fabricante de velas e de sabão, *Et cetera, et cetera, et cetera*. [...] Elas não apenas produziam a maioria dos artigos de que sua família precisava, como também eram produtoras da saúde da família e da comunidade.

² O debate que levantamos aqui está ancorado em analisar as transformações do trabalho doméstico em sociedades de classe. Para sociedades do comunismo primitivo, a igualdade de gênero não estava obstaculizada pela hierarquização social. “Na economia nômade e pré-capitalista dos massai, o trabalho doméstico das mulheres é tão essencial quanto a criação de gado realizada pelos homens. Em termos de produtividade, elas gozam de um prestígio social igualmente importante.” (DAVIS, 2016, p. 227-228).

O trabalho doméstico nas sociedades pré-capitalista pode ser considerado produtivo por estar diretamente relacionado com o próprio modo de produção, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, fundamentalmente, com o baixo grau de divisão social do trabalho. Antes da industrialização e da aceleração da divisão do trabalho promovidas pelo capitalismo, assim como a crescente mecanização, quase tudo o que era consumido por qualquer família, era produzido no interior da própria família. É evidente que as famílias das classes dominantes não participavam do processo produtivo, por isso mesmo comandavam um conjunto de trabalhadores compulsórios (servos ou escravos) que lhes garantiam a produção. Assim, o trabalho doméstico realizado para as famílias da nobreza era efetuado por servos (homens e mulheres); os utensílios, móveis, equipamentos domésticos, roupas, enfim, todos os objetos de consumo familiar, eram produzidos por famílias inteiras de artesãos especializados (em corporações de ofício, ou não).

As mudanças permanentes do processo produtivo, tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos, guardam similaridade na medida em que esses dois países apresentaram um processo de transformação para o capitalismo tardio e a partir de realidades que não se assemelham com o que havia de mais avançado, como na Inglaterra, estudada por Marx em *O Capital*. Ou seja, enquanto na Rússia a Revolução Burguesa, na esfera política, se confunde com a Revolução Socialista, e a transformação no processo produtivo se dá tardiamente, nos Estados Unidos, essas transformações acontecem a partir de uma estrutura produtivo-social colonial, e não feudal. Essas peculiaridades não invalidam a tese de que o trabalho da mulher no interior do lar é esvaziado de sentido com a Revolução Industrial, onde quer que ela se dê e a partir de qualquer realidade anterior.

À medida que a industrialização avança, transferindo a produção econômica da casa para a fábrica, a importância do trabalho doméstico das mulheres passou por um desgaste sistemático. Elas foram as perdedoras em duplo sentido: uma vez que seus trabalhos tradicionais foram usurpados pelas fábricas em expansão, toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos. Até mesmo a manteiga, o pão e outros artigos alimentícios começaram a ser produzidos em massa. [...]. Enquanto os bens produzidos em

casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca. [...]. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. (DAVIS, 2016, p. 230).

O que Ângela Davis chama de avanço na industrialização corresponde à aceleração da divisão social do trabalho e a conseqüente especialização e aumento da produtividade. É sabido que o capital utiliza, como uma das ferramentas para enfrentar suas crises cíclicas, a transformação de novos espaços da existência humana em mercadoria, expandindo, assim, sua capacidade de recuperar as taxas de lucro e continuar seu movimento avassalador. O primeiro movimento do capital, logo em seus primórdios, foi retirar a produção têxtil do âmbito doméstico para a grande indústria. Foi assim com os demais itens do consumo necessário, tanto da classe trabalhadora, quanto da população em geral. O sabão, a vela, a confecção, a fabricação de calçados e bolsas, o vinho, o azeite, a manteiga. Hoje em dia, até um simples bolo é mais barato na padaria!

Nesse movimento, o que era trabalho doméstico produtivo se transforma em trabalho doméstico improdutivo. O modo de produção capitalista está socialmente estruturado para a valorização do capital. Por isso, o processo de produção de mercadorias é fundamental e, como dito acima, sua expansão avança sobre todas as esferas da existência. Nesse modo de produção histórico, o que convém é a produção de mercadorias, ou seja, valores de uso que são veículos de valor, uma vez que é a produção do valor (e do mais-valor) que interessa. O que se faz no interior do lar, para consumo imediato, é produção de valores de uso apenas.

A mulher no papel de dona de casa, em tempos hodiernos, que acorda antes e vai dormir depois que todos estão na cama, produz uma enorme gama de coisas. Produz riqueza, produz outros seres humanos, produz sentimentos, mas não produz valor, pois não produz mercadorias. É nesse sentido que, para o capitalismo, o trabalho doméstico é improdutivo.

A dona de casa produz riquezas realmente úteis e até imprescindíveis para a reprodução da vida, como cozinhar os alimentos, não desperdiçar toda sorte de mercadorias compradas pela família no mercado, limpar e manter a higiene necessária para que os membros da família não adoçam, aproveitar objetos das mais diversas formas, cuidar para que os filhos sobrevivam e, mais do que isso, para que tenham possibilidade de servir adequadamente ao mercado de trabalho. Tudo isso e muito mais. No entanto, todo esse trabalho não é um trabalho produtivo.

Ao se esvaziar o conteúdo produtivo do trabalho doméstico, este se torna ainda mais alienante que o trabalho alienado nas fábricas. Isso porque, além de repetitivo, não valorizado e enfadonho, é realizado no silêncio do lar com a explícita condição de subalternidade. Nas famílias ricas e burguesas, o trabalho doméstico não é realizado pelas mulheres da família, são empregadas domésticas contratadas das famílias pobres que o desempenham.

Robert Castel (1998) está correto ao verificar que, no capitalismo plenamente constituído do século XX, apesar da exploração que representa o trabalho assalariado, para o trabalhador, em sua subjetividade alienada, estar desempregado representa mais que apenas a falta de recursos monetários para sua manutenção, muitas vezes suprida por programas públicos de seguros desemprego e renda mínima. Significa também o deslocamento da esfera de sociabilidade típica da sociedade capitalista, ou seja, é no trabalho assalariado que o trabalhador desenvolve laços sociais de integração com os outros da sua classe. Estar fora desse ambiente acarreta problemas de toda sorte e se transforma em uma “nova questão social”. O que Castel não identificou é que o próprio sistema agiu no sentido de transformar a forma de integração social do trabalhador e o transformou em consumidor. Mudou, assim, o centro de sua existência. Esta deixou de ter sentido por sua participação no processo produtivo e na integração com seus colegas de trabalho. Agora o pertencimento se dá no puro consumo, independentemente da forma como se acessa esse consumo.

Com as transformações e novas regras do mercado de trabalho altamente desregulado e flexível, os jovens trabalhadores não têm mais por que procurarem seus laços sociais com os colegas de trabalho. Esses laços

são firmados na esfera do consumo, até mesmo no consumo da ideologia de que são anti-consumistas. A forma como têm acesso à moeda não importa. Seja por meio de míseros salários aferidos em empregos precários e inconstantes, se por meio de assistência social, filantropia ou “comunidades alternativas” gerenciadas por Organizações Não Governamentais (ONGs). A subjetividade criada por essa nova forma de se integrar é altamente individualista e não-solidária.

Marx acertou mais uma vez ao identificar que a burguesia, ao afirmar a família burguesa como A Família, destruiu a família. Por outro lado, o esvaziamento do lar como espaço de reprodução da sociabilidade reforça os laços de pertencimento de classe. Quando se destroem as velhas formas de relacionamentos humanos, como a família, a comuna rural, a tribo indígena, etc., desvelam-se as contradições mais cruas do capitalismo e a dificuldade de a classe trabalhadora garantir sua sobrevivência. Os diversos tipos de opressões sentidos pelos trabalhadores em sua forma mais imediata aparecem como realmente são, desdobramentos da contradição de exploração de classe.

Na luta política das mulheres no processo de construção das condições objetivas que levaram à Revolução Russa, a questão do trabalho da mulher se constituiu no núcleo a partir do qual se debateu a consolidação de novos direitos. Não é gratuito o fato de que, em suas principais reivindicações, as mulheres exigiam a socialização do trabalho doméstico através da constituição de mecanismos que eliminassem a obrigação das mulheres em cozinhar, lavar, limpar, cuidar dos filhos, enfim, de toda sorte de exigências à que estavam submetidas, independentemente de trabalharem fora de casa ou não.

Nadiéjda Krupskaja (1910), defendendo que a educação de meninos e meninas se desse de forma igualitária, argumentou

Na sociedade contemporânea, a vida familiar está ligada – e isso provavelmente continuará assim por muito tempo – a uma série de pequenos cuidados que se relacionam com a concretização de afazeres domésticos isolados. A futura reformulação da produção e a alteração das condições de vida em sociedade introduzirão significativas mudanças

nesse âmbito, mas enquanto a vida familiar estiver ligada a tarefas como cozinhar o almoço, limpar a casa, remendar o uniforme, educar os filhos, etc., todo esse trabalho recairá integralmente sobre a mulher. [...] O preconceito de que a tarefa doméstica é digna apenas de seres com necessidades menores abala a relação entre homens e mulheres, introduzindo nela um princípio de desigualdade. (KRUPSKAIA, 1910 apud SCHNEIDER, 2017, p. 88, 90).

O movimento revolucionário de outubro respondeu a essas demandas. Logo nos primeiros meses de consolidação do poder socialista foram construídos restaurantes coletivos, lavanderias públicas, escolas e creches gratuitas e até colônias infantis governadas pelas próprias crianças com a participação de pedagogos (GOLDMAN, 2014). A guerra civil, o fracasso do processo revolucionário no restante da Europa e outras tarefas para superar o atraso produtivo da URSS foram obstáculos à permanência dessas estruturas na vida cotidiana das mulheres. As condições objetivas impediram que restaurantes, lavanderias e estruturas de socialização do trabalho doméstico tivessem recursos suficientes e atraíssem o interesse maior do governo socialista, resultando do definhamento dessa política. No entanto, a pior consequência da tentativa de socializar radicalmente a vida doméstica se deu com o cuidado das crianças.

Sem ter recursos suficientes, imerso no turbilhão da recuperação econômica e da guerra civil, as colônias infantis, as escolas e creches padeceram a tal ponto que produziram milhões de crianças de rua, jovens que se prostituíam e roubavam para sobreviver (GOLDMAN, 2014).

A guerra levou o país ao extremo da miséria e da ruína. E, em regra, a miséria é a sepultura das relações humanas. Vemos como a mulher se torna disposta a tudo e entrega a si mesma pelo pão, pela permissão de atravessar a tropa de barreira com um saco de farinha. Ainda há um número significativos de canalhas propensos a abusar de mulheres indefesas, e elas engravidam de homens que nunca tinham visto antes. Não podemos nos calar sobre isso. A miséria força a mulher a se vender, e quem se vende não são prostitutas que fazem disso a sua profissão, mas mães de família, muitas vezes pelo filho ou pela mãe idosa. (KRUPSKAIA, 1920 apud SCHNEIDER, 2017, p. 94-95).

Ainda assim, como ocorre em momentos revolucionários, as transformações ocorridas no cotidiano das mulheres, principalmente da classe trabalhadora, no que diz respeito à sua participação no processo produtivo, foram radicais. Da comuna rural para o mercado de trabalho representou um elevado grau de emancipação feminina.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Os ideais libertários e a política das mulheres, no processo revolucionário russo não aguardou a consolidação das transformações sociais para iniciar a verdadeira revolução na vida das mulheres. A “questão feminina” já vinha sendo debatida anos antes da revolução. Desde os pequenos grupos radicais que se formaram no decorrer do século XIX, passando pelos populistas (Narodinik) até os bolcheviques, a preocupação com a emancipação da mulher sempre esteve presente. Contudo, por sua própria composição social, os primeiros grupos políticos não tiveram êxito em atingir, com suas ideias, a massa da classe camponesa. As principais lideranças da luta da emancipação feminina provinham dos extratos superiores da sociedade, de famílias cujas filhas puderam estudar, viajar ao exterior e entrar em contato com as ideias emancipatórias predominantes na Europa Ocidental. Segundo a pesquisa organizada por Graziela Schneider (2017), cada uma delas contribuiu de forma radical para o debate e ultrapassou os limites impostos pela sociedade de então.

Tivemos no século XIX o esgotamento dos processos revolucionários burgueses e a ascensão da luta da classe operária, com diversas nuances. Essas lutas mostraram que a plena emancipação humana não pode estar desvinculada à emancipação da mulher em relação à família patriarcal. Nesse sentido, a Revolução Russa deu passos gigantes para desmistificar os óbices que os ideólogos da burguesia impuseram aos seres humanos no sentido de sua liberdade. A luta política e a emancipação de gênero são articulações sintéticas que devem galvanizar os caminhos da transformação revolucionária.

REFERÊNCIAS

- BOITO, Armando. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 9-19, 2017.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAVIS, Ângela. *Mulher, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOSTOIÉVSKI, F. *A aldeia de Stepántchikovo e seus habitantes*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Crime e castigo*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Os Demônios*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e revolução*. Política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. Trad. Natalia A. Afonso. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÖWY, M. Um Marx insólito. In: MARX, K. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. p.13 - 19.
- MARX, K. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia Soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. Trad. Elizabeth Marie. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Trad. Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.